

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-PIRACICABA

1
2 No dia 19 de março de 2024, às 14h00, iniciou-se de forma tele presencial, a 41ª
3 Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba – CBH-
4 Piracicaba. Dando início às atividades, o presidente do CBH-Piracicaba, Jorge
5 Borges, cumprimentou os conselheiros presentes e agradeceu a presença de
6 todos. Logo após, iniciou a conferência de quórum, efetuando a chamada dos
7 conselheiros. Constatou-se a presença de 24 conselheiros, preenchendo a
8 quantidade mínima de participantes presentes, que seriam 19. Passou-se então
9 para a próxima etapa da pauta, a primeira deliberativa, quando se aprovou sem
10 objeções e abstenções a ata da 40ª reunião extraordinária, realizada no dia 19 de
11 fevereiro de 2024. Na sequência, a analista da AGEDoce, Juliana Vilela, iniciou-
12 se o principal item de pauta, a Deliberação Normativa ad *referendum* n.º 101, de
13 18 de janeiro de 2024 - Dispõe sobre a revisão dos critérios e define os
14 mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos na área de
15 atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piracicaba. A princípio, passou-se a
16 palavra ao assessor da diretoria executiva da AGEDoce, Alex Cardoso, para
17 transmitir as informações aos conselheiros. Este iniciou apresentando a
18 deliberação normativa ad *referendum* n.º 101, de 18 de janeiro de 2024 que surge,
19 por consequência, da deliberação normativa do Conselho Estadual de Recurso
20 Hídricos de Minas Gerais n.º 68, de 22 de março de 2021 e padroniza a
21 metodologia e valores de PPU referentes a cobrança dos usos da água no estado
22 de Minas Gerais. Continuando, apresentou o Art. 5ª da deliberação, que propõe a
23 criação de um grupo de trabalho a ser composto por membros dos seis comitês,
24 visando aprofundar as discussões acerca da metodologia e de valores de Política
25 de Preço Unitário - PPU e o Art. 6ª que revoga a Deliberação Normativa n.º
26 15/2011, de 14 de abril de 2011. Logo após, iniciou-se a explicação sobre a
27 metodologia de cálculo da cobrança pelo uso de recurso hídricos com referência
28 também ao lançamento de efluentes nos cursos d'água da bacia do Piracicaba,

29 apresentando primeiramente, os cálculos dos valores de captação para o setor da
30 agropecuária, enfatizando a diferença nos cálculos para os setores de
31 agropecuária, saneamento e mineração. Jorge Borges questionou como seria
32 montado o valor de cobrança para o município que não realiza o tratamento de
33 seu efluente, em resposta, Alex proferiu que estes pagariam o valor conforme a
34 carga orgânica, declarada ao IGAM, pelo usuário, no momento de realização da
35 outorga. Além disso, Jorge Borges sugeriu que os municípios sem estrutura
36 deveriam não ter valor aplicado ao lançamento. Em seguida, o conselheiro
37 Geraldo Magela questionou se o valor de cobrança calculado para o setor da
38 agropecuária consideraria os números de habitantes do município, em resposta,
39 Alex diz que dependerá do tipo de efluentes. O conselheiro Paulo Henrique
40 questionou a diferença do cálculo de cobrança para o setor agropecuário dos
41 demais setores. Em resposta, Alex apresentou seu parecer e diz considerar este
42 cálculo uma forma justa para o setor agropecuário, visto que os pequenos
43 produtores devem ter maior dificuldade ao realizar as medições devido à falta de
44 instrumentos. O conselheiro José Angelo Paganini questionou e sugeriu que o
45 valor seja tabelado e igualitário para todos os usuários. Alex esclareceu que se
46 existe o valor de água medido ele deve ser considerado no cálculo
47 obrigatoriamente, caso o valor não exista deve ser usado o valor outorgado. Após
48 isso, Geraldo Magela perguntou se a silvicultura se encaixa no setor agropecuário
49 e se os usuários de pequenos volumes estão contemplados no cálculo. Alex
50 respondeu que só serão contabilizados os usuários de porte outorgável, visto que
51 a base do instrumento de cobrança são os valores outorgados. Geraldo Magela
52 questionou se todos os pequenos produtores devem ter o Cadastro de Uso
53 Insignificante de Recursos Hídricos e se esses usuários recebem algum apoio
54 específico para realização do cadastro. Alex respondeu que todos os usuários de
55 pequenos volumes devem fazer o cadastro de uso insignificante, junto ao IGAM,
56 informando o seu uso da água, caso ao contrário eles estarão em condição

57 irregular, também disse que esses usuários recebem apoio devido à parceria com
58 o IEF - Instituto Estadual de Floresta, que trabalha com a regularização de imóveis
59 rurais e auxilia as famílias rurais participantes do programa Rio Vivo. O
60 Engenheiro Civil da escola de Projetos da AGEDoce, Adriano Ferreira, pediu a
61 palavra e complementou o que foi falado por Jorge Borges e Alex, dizendo que a
62 outorga é um instrumento de gestão de recursos hídricos e a água é um bem de
63 domínio público. Logo, é obrigatória a declaração de toda água utilizada, a
64 diferença é que o uso insignificante não é taxado de forma monetária. A palavra
65 foi passada novamente ao Alex, em prosseguimento, continuou articulando sobre
66 a metodologia de cálculo da cobrança pelo uso de recurso hídricos, apresentando,
67 assim, os cálculos dos valores de captação para o setor de saneamento,
68 mineração e os demais setores, além dos cálculos para lançamento de efluentes.
69 Jorge Borges perguntou se AGEDoce fez uma simulação da arrecadação do Rio
70 Piracicaba em relação à nova PPU-Pagamento Público Unitário. Em resposta,
71 Alex diz que foi realizada uma simulação na última semana de dezembro de como
72 seria a diferença em relação à arrecadação do Comitê Piracicaba. Com isso, foi
73 observado que as PPU's têm uma pequena redução no setor de saneamento e
74 isto implica em uma redução de 7% na cobrança, considerando a metodologia de
75 2011. Jorge Borges ainda questionou se no estudo foi considerado a área de
76 mineração, visto que considera sua PPU baixa. Em resposta, Alex respondeu que
77 a simulação foi realizada considerado todas as outorgas. Geraldo Magela
78 salientou que a diferença entre as PPU's de abastecimento público, agropecuária
79 em relação as demais finalidades é pequena, tendo em vista que o rebaixamento
80 para mineração se encaixa nas demais finalidades, ainda falou que os valores dos
81 recursos devem considerar as crises hídricas e climáticas, Alex concordou com a
82 fala feita pelos conselheiros e reafirma que é necessária uma análise de
83 sustentabilidade da bacia como um todo. Em resumo finalizou-se a apresentação
84 das informações sobre a deliberação normativa. Ato contínuo, a palavra foi

85 passada a analista Juliana, que abriu as inscrições para composição do grupo
86 proposto no Art 5ª da Deliberação Normativa 2021, a sugestão foi que cada comitê
87 indicasse dois representantes, após decisão, ser encaminhada a câmara técnica e
88 plenária, posteriormente. Os indicados pelo comitê Piracicaba foram os
89 conselheiros Geraldo Magela e Jorge Martins Borges. Em seguida, Geraldo
90 Magela pergunta quem realiza a fiscalização de lançamentos nos recursos
91 hídricos, Alex responde que o IGAM é responsável por essa ação. Jorge Borges
92 enfatizou que as fiscalizações não acontecem de forma efetiva. Geraldo Magela
93 considerou responsabilidade do comitê fiscalizar as ações na bacia devido ao
94 número de atividades realizadas em sua área. O conselheiro Luiz Cláudio de
95 Castro Figueiredo respondeu que a declaração de lançamento é feita todo ano.
96 Em prosseguimento, foram discutidos os itens 4 e 5 referentes a minuta do Edital
97 de Chamamento n.º 02/2024 e n.º 03/2024 – do projeto Protratar Obras e Protratar
98 Projetos, respectivamente. Inicialmente foram realizadas algumas considerações
99 sobre o programa Protratar. Alex, logo após, passou a palavra ao Adriano para
100 apresentação dos editais. O projeto foi lançado no ano de 2022 e a primeira
101 seleção pelo comitê do Piracicaba foi realizada em 2023, alcançando quatro
102 municípios e totalizando cinco obras, sendo essas três de sistemas de
103 abastecimento de água aos municípios de Jaguaraçu, Marliéria e João
104 Monlevade, e duas de sistemas de esgotamento sanitário aos municípios de Nova
105 Era e João Monlevade. O objetivo do programa é a redução de cargas orgânicas
106 *in natura* e aumento do percentual de atendimento urbano com água tratada.
107 Foram apresentados os recursos disponíveis para execução do projeto, os
108 critérios e condições de participação, forma de seleção e escolhas dos municípios.
109 Todo o processo é dividido em três partes: habilitação, hierarquização e análise
110 técnica de projetos. Foi ressaltado que o Protratar disponibiliza aportes para
111 execução de obras, logo é importante que os municípios já tenham os projetos
112 elaborados. A conselheira Lupeuara Oliveira Silva perguntou se aconteceria a

113 suspensão do Protatar Obras e Protatar Projetos a partir do dia 5 de julho, além
114 disso, perguntou se aconteceria também a suspensão do programa Rio Vivo.
115 Adriano respondeu que todas as atividades que o município participa de forma
116 ativa, precisam ser suspensas, com exceção de atividades que já estão em
117 andamento. Alex complementou que com relação ao período eleitoral o órgão
118 gestor do comitê Piracicaba, IGAM, recomenda que em casos de contrato de
119 transferência não pode ser feito repasse de recurso ao município. Por esse motivo
120 os programas serão suspensos do início de julho até o final de outubro, em
121 contrapartida, as ações diretas com proprietários e famílias rurais como o
122 programa Rio Vivo continuam, porém, sem nenhuma ação que envolve a
123 publicidade do município. André Marques, diretor presidente da AGEDOCE,
124 complementou que não é permitida a realização de eventos de divulgação junto a
125 políticos, para evitar caráter político tanto com o programa Rio Vivo quanto com
126 comitê. Lupeuara perguntou em qual município tem sido executadas as ações de
127 cercamento de nascente do programa Rio Vivo. Alex respondeu que o programa
128 já está trabalhando no décimo primeiro município da bacia, conforme a ordem
129 prevista. Para mais, foi contratada uma segunda empresa com intuito de atender
130 as demandas dos demais municípios. Paulo Henrique perguntou como garantir
131 que os pontos mais importantes da bacia tendo em vista o lançamento de dejetos,
132 vão ser contemplados com os recursos dos programas Protratar Obras e Protratar
133 Projetos, também sugeriu que os pontos críticos, sejam atendidos com os
134 recursos, além disso perguntou se todo o projeto tem sido conduzido a esta
135 questão. Adriano respondeu que os recursos dos projetos são públicos, logo só
136 podem ser contempladas áreas inscritas nos editais de seleção, os municípios
137 inscritos devem passar pela seleção para que áreas mais críticas sejam
138 alcançadas, além disso, é importante estar regularizado com responsabilidade
139 fiscais e tributárias, André Marques complementou que o comitê faz a gestão, mas
140 trata-se de um órgão público, os critérios atendem os municípios mais críticos. O

141 conselheiro Marxiley Lima Azevedo perguntou se em relação ao recurso destinado
142 ao sistema de abastecimento de água, um reservatório pode ser pleiteado e como
143 ficaria a situação do projeto neste caso. Adriano respondeu que sim, pois o
144 programa é sobre a ampliação e otimização do sistema de abastecimento de
145 água. André Marques complementou que existe a necessidade de um projeto para
146 implantação de um reservatório independente do caso. Em prosseguimento,
147 Adriano e Alex, respectivamente, apresentaram o Edital de Chamamento no
148 03/2024 – Protratar Projetos, destinado à solicitação de recursos para elaboração,
149 adequação e atualização de projetos. Geraldo Magela enfatizou que é necessário
150 chamar a atenção dos municípios para que se inscrevam nos projetos, André
151 Marques complementou e concordou com a fala do conselheiro. Paulo Henrique
152 perguntou se o valor disponível para execução de projetos de abastecimento de
153 água e tratamento de esgoto são 2,5 milhões de reais cada. Jorge Borges
154 enfatizou que 70% dos recursos são destinados ao esgoto. Paulo Henrique
155 concordou com a fala de Geraldo Magela. Adriano complementou sobre os
156 indicadores do Piracicaba, os objetivos do comitê e a correlação dos sistemas de
157 esgotamento sanitário e sistema de abastecimento de água, tendo em vista não
158 só a qualidade da água, mas também a quantidade. José Ângelo Paganini
159 pronunciou sobre a importância de trabalhar com os recursos disponíveis e
160 atender-se as prioridades da bacia que é o abastecimento humano e a
161 dessedentação animal. Por fim, Paulo Henrique argumentou que em seu parecer
162 o mais importante é priorizar os pontos mais críticos da bacia com os recursos
163 disponíveis. Sem objeções os editais foram aprovados e serão posteriormente
164 publicados. Em continuidade foi discutido sobre a implantação do PSA-
165 Pagamento por Serviços Ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba.
166 Juliana, apresentou a deliberação normativa que visa definir as áreas de
167 implementação do programa de PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais do
168 CBH Piracicaba, considerando o programa rio Vivo. Paulo Henrique falou que

169 considerava mais importante discutir o programa em si e não onde ele será
170 implementado. Jorge Borges disse que uma empresa será contratada para
171 executar o PSA e apresenta pontos definidos na reunião. Geraldo Magela falou
172 que o que está sendo discutido são as áreas de implantação do PSA, porém
173 concordou com a fala de Paulo Henrique, e enfatizou que apesar da contratação
174 da empresa existe uma série de modelos interessantes de PSA e deve-se buscar
175 um mais adequado para o território da bacia. Além disso, disse que cabe ao comitê
176 debater sobre a forma que o PSA será executado e sugeriu a discussão sobre o
177 volume de água que será produzido por meio do projeto. José Angelo Paganini
178 questionou o último item da deliberação normativa, o conselheiro ainda diz que
179 considera incorreto somente propriedades selecionadas pelo Rio Vivo receberem
180 o recurso e sugere que as propriedades selecionadas no programa Rio Vivo sejam
181 prioritárias, mas que o recurso não se limite a elas, mas alcance outras
182 propriedades que já vem prestando serviço para a bacia, além disso, sugeriu a
183 inserção de um artigo na deliberação normativa apresentando que o programa
184 será construído com o comitê de bacias do Piracicaba e a assessoria contratada.
185 Geraldo Magela concordou com José Angelo Paganini sobre acrescentar um
186 artigo sobre o modelo de PSA, em contrapartida, disse que o programa Rio Vivo
187 não ficará somente nas propriedades já selecionadas, e é importante considerar
188 que as propriedades selecionadas atenderam o critério principal que é ser uma
189 área de recarga para abastecimento humano, para mais, afirmou está
190 acontecendo um grande investimento nessas propriedades e o PSA será uma
191 oportunidade de monitoramento ao investimento realizado. Paulo Henrique
192 sugeriu que a deliberação não seja decidida hoje, visto que ainda existem muitos
193 pontos que devem ser discutidos sobre ela. Adriano ressaltou que a proposta do
194 PSA se encontra a nível demonstrativo e o intuito é construir o programa e torná-
195 lo perene, para mais a ideia de considerar as propriedades do Rio Vivo acontece,
196 já que são áreas conhecidas. Jorge Borges contribuiu dizendo que será destinado

197 um valor de 250 mil em dois anos. Geraldo Magela concordou com a fala de
198 Adriano e fez colocações sobre a seleção de propriedades pelo programa Rio
199 Vivo. Jose Angelo Paganini concordou com as falas de Paulo Henrique e fez
200 propostas para projeção do projeto. André Marques disse que modificações
201 podem ser feitas na Deliberação Normativa. Geraldo Magela sugeriu a
202 apresentação de um relatório após participação em eventos, além disso
203 considerou que 250 mil é um valor pequeno e disse que o comitê não está preso
204 nos recursos obtidos pelo comitê, logo é possível buscar recursos de outras
205 fontes. André reafirmou que a deliberação é para elaboração o estudo para
206 aplicação do PSA na bacia. Ficou acordado entre o conselho que na Deliberação
207 Normativa estará previsto a aprovação da contratação de uma empresa de
208 consultoria para elaboração em conjunto com CBH-Piracicaba do programa de
209 um PSA na circunscrição hidrográfica do rio Piracicaba. Em continuidade a
210 palavra foi passada ao Miqueias Donde, Analista do Administrativo Financeiro da
211 AGEDoce para apresentação dos Relatórios de Execução do PAP e POA –
212 Exercício 2023, apresentação do Relatório de Atividades do CBH-Piracicaba –
213 Exercício de 2023 e posteriormente, aprovação dos relatórios. A palavra foi
214 passada ao presidente do comitê, Jorge Borges, que agradeceu a presença de
215 todos. Sem mais itens de pauta, e não havendo nenhum informe dos conselheiros,
216 a reunião foi encerrada por volta das XXhXX. A gravação da plenária está
217 disponível no canal Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, no YouTube, e
218 poderá ser acessada pelos links:

219 <https://www.youtube.com/watch?v=faYkW4Ch65o>

220

221 **JORGE MARTINS BORGES**

222 **Presidente do CBH-Piracicaba**

223